

2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas

23.01.2019

PAOD

Intervenção vereador Florentino Serranheira

1ª Intervenção

Bom dia.

Cumprimentar o Senhor Presidente e através de si, toda a Câmara.

Hoje trazemos novamente a esta Câmara o problema da contaminação ambiental da Cometna.

Se bem se recordam em 2015 estive na Assembleia Municipal e apresentei este problema. Na altura houve uma espécie de negação relativamente à existência do problema. Alguns deputados que de forma algo “arrogante”, eventualmente por desconhecimento rejeitaram esse problema e disseram que estava a enfatizá-lo que era um exagero da minha parte, etc.

No entanto o facto é que hoje os terrenos da Cometna estão ainda contaminados.

Trago novamente este assunto à ordem do dia porque recentemente foi aprovado, pelas entidades competentes, um projeto de descontaminação, no caso concreto da empresa que atualmente detém aqueles terrenos que é a *Ambigroup* e porque esse projeto de descontaminação passa fundamentalmente pela remoção dos solos contaminados.

Senhor Presidente, o que nos move e preocupa neste processo, (e estou certo que o move também a si, porque também se preocupa que aqueles solos estejam efetivamente descontaminados) é a necessidade de toda a área envolvente também seja abrangida pelo mesmo processo de descontaminação. Ou seja, não nos devemos limitar a um procedimento de descontaminação no interior dos terrenos da Cometna, uma vez que é sabido que aqueles solos contaminados estiveram numa zona não impermeabilizada durante algumas décadas e que existiu, por certo, todo um processo de lixiviação dos terrenos adjacentes, existiram escorrências para o leito dos ribeiros adjacentes e que provavelmente a descontaminação deve também assumir essa fórmula.

Dizendo de outra forma, deve também ser avaliada e efetuada no leito desses rios, nas margens desses ribeiros para que deixemos de ter um problema de saúde pública e também um problema de saúde ambiental naquele local e eu tenho a certeza que este é também um problema que o preocupa, senhor Presidente e por isso tenho apenas uma única questão: **quais são as medidas que o executivo, e no caso concreto também através de si Senhor Presidente, pretendem tomar para acompanhar este processo de descontaminação?**

A questão da fiscalização do processo de descontaminação é mais delicada do ponto de vista técnico. Percebemos que a Câmara não tenha essas competências e essas capacidades, mas acompanhar o processo, no sentido de garantir que vai existir uma efetiva descontaminação é algo que se espera desta Câmara e que se espera de si Sr. Presidente em particular, e esta pergunta tem por base um conjunto de dúvidas que nos sobressaltam em função do plano ou do projeto de descontaminação que foi apresentado.

Eu vou tentar de forma breve justificar as nossas dúvidas e as nossas questões.

Em anterior reunião com o Departamento de Gestão Urbanística ficámos ainda mais preocupados porque deu-nos a ideia que não existia, da parte daquele Departamento, qualquer tipo de iniciativa ou de pensamento na perspetiva quer de acompanhamento, quer de garantir que este processo de descontaminação ia ser efetiva. Ficámos ainda mais preocupados porque esperar que este processo corra bem é um pouco como sentarmo-nos na sala e acreditar que o Pai Natal vai descer pela chaminé.

Este é um processo que envolve empresas particulares, é um processo que naturalmente tem que ser fiscalizado e tem que ser acompanhado. Claro que as entidades competentes, no caso concreto a Agência Portuguesa para o Ambiente (APA) e outras entidades poderão, tentar garantir esse acompanhamento, essa fiscalização de forma mais técnica, mas a Câmara não pode, de forma absolutamente nenhuma, sentar-se e ficar à espera que o processo corra bem.

Eu vou enquadrar o problema só para que não digam mais uma vez que desconheciam a situação ou que não têm informação suficiente sobre este assunto. A antiga Cometna era uma empresa metalúrgica de produção de aço. Na produção de aço há resíduos e esses resíduos foram colocados num depósito de aterros da própria Cometna.

De acordo com os dados do próprio plano, a produção de resíduos foi estimada em cerca de 10 mil toneladas por ano. Não estamos a falar de 10 kg nem em 20 kg. Estamos a falar de 10 mil toneladas por ano!, dos quais cerca de 8

mil toneladas ficaram depositadas nos terrenos da Cometna. Também não é preciso fazer contas muito grandes para perceber que durante 20 anos ficaram depositados naqueles terrenos aproximadamente cerca de 160 mil toneladas! Naturalmente que a empresa, à época, não teria as preocupações ambientais exigidas, todos os envolvidos no processo quer de licenciamento quer de acompanhamento daquela empresa terão as suas responsabilidades, mas isso serão águas passadas, é muito difícil ou impossível agora andarmos para trás.

Neste momento é fundamental que nós passemos a uma espécie de análise deste processo uma vez que, de acordo com o projeto, é apenas estimado retirar da Cometna cerca de 28 mil toneladas de solos. Este valor é um valor que nos parece manifestamente insuficiente e provavelmente mesmo muito insuficiente face ao que seria desejado no sentido de garantir que haja uma efetiva descontaminação daqueles terrenos.

Quando nós analisamos estes estudos, que ao longo dos anos foram três, temos dois estudos de uma empresa de avaliação ambiental que é a *Egiamb* e um estudo do Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ) e esses estudos apontam para uma grande heterogeneidade nos resultados, isto é: os processos de amostragem da qualidade dos terrenos são feitos com furos, ou seja, uma espécie de sondagem e retiram-se amostras de terreno a diferentes profundidades.

No caso concreto entre os 60 cm e depois mais aproximado de um metro de profundidade e quando analisamos os resultados (não estou aqui a questionar de forma absolutamente nenhuma os resultados que são produzidos por qualquer uma destas empresas que acreditamos que são fidedignos) apresentados pelas empresas verificamos uma enorme heterogeneidade nesses resultados. O que é que isso significa?

Significa que as zonas contaminadas não foram selecionadas: aqui vamos pôr cádmio, aqui vamos pôr zinco, aqui vamos pôr chumbo, aqui vamos pôr outra coisa qualquer... isto é, eram amalgamas, eram os resíduos do processo de produção de aço que eram depositados de forma desordenada e de acordo com o espaço livre que eventualmente eles tinham naquelas zonas. Isto significa, de uma forma simples, que se nós fizermos uma exploração numa determinada zona vamos ter determinados níveis de contaminantes de acordo com os vários contaminantes envolvidos como acabei de destacar; se fizermos dois metros ao lado provavelmente serão diferentes; se fizermos cinco metros mais à frente, continuarão a ser diferentes.

O que é que isto nos traz em termos de novidade ou em termos de preocupação para um plano de descontaminação? É que um plano de descontaminação desta natureza tem que garantir que nós vamos aos limites da descontaminação e não vamos tentar fazer a descontaminação pela rama.

O que acontece neste plano que foi apresentado é que, em primeiro lugar, aquilo a que se deu grande destaque no processo de descontaminação é uma utilização industrial. Entenda-se que há dois tipos de utilização: utilização residencial e utilização industrial. Qual é que é o nível de descontaminação mais simples? É para utilização industrial, claro, porque para utilização residencial esses níveis são mais exigentes. Acontece que há uma zona que era um depósito de resíduos que era aquilo que eu estava a querer destacar.

Nessa zona do depósito de resíduos foram consideradas claramente essas componentes de utilização industrial, mas quando nós olhamos, por exemplo, para os planos projetados pela OPJ12, exatamente para aquele terreno de depósito de resíduos estão vários prédios aí implantados. Eu não vou responder pela Câmara, mas por certo não gostaria de ter os meus filhos ou os meus netos a brincar naqueles terrenos se por acaso tivesse adquirido uma casa naquele local que tivesse sido objeto de uma descontaminação pela rama. É este aspeto que nos coloca sérios problemas e dúvidas, naquilo que diz respeito a essa descontaminação.

Esse depósito de resíduos tem uma estimativa de remoção, nessa zona em concreto, aproximadamente de 24 mil, 25 mil toneladas de solos, mas o procedimento que esteve subjacente à estimativa desse volume de solos tem por base duas cotas em termos de altura daquilo que vai ser retirado à terra. Uma cota zero que está ao nível dos 110 metros e uma cota de topo que está ao nível dos 121,5 m e portanto terão ali entre os 10m e os 11m que são previstos retirar para descontaminar aquele terreno.

Mas eu volto a alguns aspetos que foram anteriormente elencados. É que aquele terreno foi contaminado em profundidade ao longo de três décadas de deposição de resíduos naquela zona!

Aquele terreno está muito mais contaminado do que apenas a cota 110 e o promotor deste projeto diz que não é possível identificar a cota original daquela zona e portanto estima que aquela zona do solo será a cota original do terreno. Eu não creio que esta afirmação seja verdadeira, uma vez que nós temos documentação cadastral que é possível analisar e é possível perceber se efetivamente aquela cota seria a original ou não. Mas mesmo que seja a cota original, se não existia impermeabilização e se os resíduos estavam em cima,

como é que é possível perspetivar que vamos retirar apenas *daqui para cima*? Permitam-me que vos diga que os próprios furos, as próprias sondagens foram feitos na cota -1, ou seja, nessa cota -1 é que nós temos os resultados, que são particularmente elucidativos, que dizem que os elementos que excedem os valores de referência para o uso residencial são o cádmio, o cóbio, o cobalto, o chumbo (...) e para uso industrial foram o cádmio, o crómio, o chumbo, (...) e que se estima, que se considera que os elementos contaminantes identificados podem estar relacionados com os elementos químicos utilizados no processo de produção de aço.

Portanto, estamos a falar de um problema que foi feito pela Cometna e para que neste momento exista uma efetiva descontaminação ambiental necessita de um procedimento rigoroso, que seja feito de forma rigorosa e acompanhada por esta Câmara, ou seja, como eu disse desde o início, a Câmara não pode ficar *sentada*, na nossa perspetiva, à espera que esta situação corra bem, até porque o próprio promotor também nos traz algumas novidades e diz: “*nós vamos retirar cerca de 28 mil toneladas daquele local e vamos fazê-lo à cadência de dois camiões por dia*”, ou seja, 50 toneladas por dia.

Esta é a proposta que está neste projeto.

Quando nós analisamos... um ano tem 365 dias, úteis terá... vamos imaginar... 300 dias, se calhar nem tanto tem, 300 dias vezes 50 toneladas dá 15 mil toneladas. Se ele propõe um projeto de realização durante um ano a 50 toneladas por dia para retirar 28 mil toneladas e só tirando 15 mil toneladas... é cerca de 50%. E então as outras 15 mil? Para além disso, este proponente, propõe também que não haja uma báscula à saída dos terrenos da Cometna e porquê? Porque ele tem um equipamento a uns 3 km e vai andar com os camiões carregados com resíduos contaminados a passear por Odivelas, etc., até irem lá abaixo... Dito por outras palavras: nós temos sérias dúvidas que este projeto de descontaminação ambiental seja um projeto que garanta efetivamente a descontaminação daqueles terrenos e a forma como está a ser proposta parece-nos manifestamente insuficiente e achamos que a Câmara, na defesa dos interesses de todos os munícipes deve atuar de forma organizada, de forma diligente em vez de ficar a aguardar passivamente que outras entidades controlem este processo, essas entidades, que por interesses privados poderão, eventualmente, não estar tão interessadas quanto nós.

Voltando à questão das linhas de água que é um dos problemas que nos aflige.

Foram identificados entre os contaminantes, alguns ecotóxicos, designadamente o óxido de zinco. Este óxido de zinco vai ser claramente um elemento contaminante dos leitos de água e não só, também dos lençóis freáticos e toda a água que passar naquela zona. Portanto, este plano de descontaminação que está apresentado é, na nossa opinião, insuficiente e destaco... e é a única questão que lhe estava a perguntar a si Senhor Presidente e, imaginando, sinceramente, que existe preocupação da sua parte relativamente a este assunto: **Quais são as medidas efetivas que a Câmara pretende tomar para acompanhar este processo no sentido de garantir que a descontaminação daqueles terrenos vai deixar de ser um problema de saúde pública e um problema ambiental em Odivelas?**

Muito obrigado.

2ª Intervenção

Muito obrigado Senhor Presidente.

Eu gostava de esclarecer ou contribuir para o esclarecimento do senhor vereador Paulo César relativamente a este assunto.

É provável que as minhas palavras possam ser mal interpretadas, é provável que eu não me tenha expressado bem, mas é fundamental que este assunto tenha ficado esclarecido. Nós não questionamos de forma absolutamente nenhuma os relatórios elaborados pela empresa *Egiamb* a primeira empresa que o senhor vereador Paulo César refere que tivemos acesso ao relatório e o segundo relatório que foi feito depois por essa empresa, nem tão pouco o relatório que foi feito pelo ISQ mas também, contrariamente ao que diz o senhor vereador Paulo César não valorizamos nenhuma dessas empresas, são empresas que produziram relatórios. Nós tivemos acesso a um desses relatórios em 2015, que nos veio alertar para um problema ambiental que provavelmente o senhor vereador Paulo César já conhecia desde 2011 e esta Câmara já conhecia desde 2001 e que por palavras, por exemplo, do senhor arquiteto António Sousa foi um dos motivos para que o O'THEC não tenha avançado, ou seja, algo que a Câmara conhecia, ninguém conhecia a não ser a Câmara, ou seja, a Câmara omitia de forma intencional e deliberada essa informação aos seus munícipes. Portanto, nós não estamos a valorizar nenhum dos relatórios - também não estamos a desvalorizá-los, não estamos a colocá-los em causa. Também não estamos a colocar em causa os mecanismos de fiscalização da APA. Se isso ficou subentendido das minhas palavras, não foi isso que eu disse.

Eu não estou a colocar em causa os mecanismos de fiscalização da APA. Agora o que coloco em causa é a atuação da APA. Isso claro que coloco, porque temos três décadas de resíduos ambientais colocados em terrenos em Odivelas e o Estado não é diligente, não é atuante no sentido de os remover, de terminar uma contaminação que coloca problemas ao nível da saúde pública e também da saúde ambiental neste Concelho.

Colocamos em causa a atuação da APA e fundamentalmente, aquilo que será a atuação do promotor deste projeto, no caso concreto, a AMBIGROUP, ou seja, se a AMBIGROUP não for fiscalizada de certeza absoluta que a descontaminação vai ficar mal feita e estas palavras são tal e qual como estou a dizê-las. Porquê? Porque se trata de relações com um privado e esse privado vai tentar ter o menor custo possível na remoção ambiental e na descontaminação daqueles terrenos.

Cabe-nos a nós, os interessados para que essa descontaminação seja efetiva agir e agir proactivamente! Não é agir passivamente.

Agir no sentido de garantir que a descontaminação ambiental vai ser feita.

Eu gostaria que estas intervenções ficassem em ata e as respetivas respostas também, mas gostaria de destacar que a CDU e em nome pessoal não valorizamos, de forma absolutamente nenhuma, nenhum dos relatórios nem nenhuma das empresas. A empresa está num âmbito contratual com a AMBIGROUP e vai colocar no seu relatório o que ética e odontologicamente vai considerar relevante.

Da nossa parte, podemos dizer que o que foi colocado no relatório é muito insuficiente relativamente àquilo que é necessário e aquilo que seria desejável. Eu já nem estou no patamar do desejável, o desejável seria nós não termos um problema ambiental ali, mas o necessário seria retirar dali não 28 mil toneladas mas de acordo com os meus cálculos, aproximadamente 80 mil toneladas.

Muito obrigado

Odivelas, 23 de Janeiro de 2019

Os Vereadores da CDU

Painho Ferreira

Florentino Serranheira